



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Segurança



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Segurança índice

29.11.1999

003

Segurança

29.11.1999

- Sr. Carlos Sampaio – Deputado, Promotor de Justiça e Coordenador do Temático Segurança Pública
- Sr. João Benedito - Secretário de Assuntos Penitenciários
- Sra. Malvina Muskat - Presidente da organização Pró-Mulher, Família e Cidadania
- Sra. Jacquelin Sposati Signoreto - Representante do Dr. Carlos, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
- Sr. Flávio Lapa Claro - Investigador de Polícia e Secretário Geral da Associação
- Sra. Adriana de Melo Nunes - Advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, assistente técnica e diretora da Secretaria de Administração Penitenciária e do Conselho de Defesa da Pessoa Humana da Secretaria da Justiça
- Sr. José Renato Nalini - Juiz do Tribunal de Alçada Criminal. Representante da Escola Nacional de Magistratura
- Sr. José Carlos Guillen Blat - Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo
- Sr. Pedro de Abreu Dallari - Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo
- Sr. Synezio Batista da Costa - Economista e Vice-Presidente da Fiesp, representante do Núcleo de Ação Política de Nossa

Casa e Presidente da ABrinq-Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos

- Sr. Valdir Suzano - Coronel, Diretor de Ensino e Instrução da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Sr. Dermi Azevedo - Representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e do Programa Estadual de Proteção a Testemunhas
- Sr. Marco Aurélio Martorelli – Representante da Secretaria da Justiça e participante da coordenação dos trabalhos do Fórum Século 21

SR. CARLOS SAMPAIO – É uma alternativa concreta que não é deste ou daquele partido, deste ou daquele segmento, mas de todos esses segmentos juntos, porque só mesmo com essa unidade teremos condições de buscar uma alternativa que possa, de fato, atender aos mais variados segmentos da sociedade. Não é como Promotor de Justiça nem como Deputado que fico feliz, mas como cidadão, porque nós é que somos vitimados com o aumento da violência. Acho que esse tema, e o grupo que vai estar cuidando dele, vai ter uma importância muito grande, à medida que segurança pública é, sem sombra de dúvida, hoje, um dos maiores problemas não do Estado de São Paulo, mas do país. Agradeço a todos, realmente, estarem disponibilizando parte de seu tempo para que possamos desenvolver essa atividade.

Na linha do que foi colocado pelo relator geral do Fórum São Paulo Século 21, Deputado Arnaldo Jardim, a idéia é que entre os meses de fevereiro, março e abril tenhamos reuniões com uma certa constância, que nos permitam delimitar o horizonte de atividades, debater os temas de interesse para que possamos, ao final do mês de abril, apresentar isto ao relator. Confesso que não tenho, aprioristicamente, a definição de uma metodologia e acho que poderíamos hoje, justamente dentro desse espírito de comunhão, pensarmos juntos qual seria a melhor metodologia para adotarmos no que se refere à periodicidade das reuniões, aos temas que serão abordados e, enfim, qual seria o método utilizado para que pudéssemos avançar nessas discussões.

Como foi dito também pelo Deputado relator, haverá um diagnóstico, que será feito pelo SEADE, que nos explicará índices dos quais poderemos partir para nossos estudos. Costumo receber com certo cuidado a questão das radiografias, porque acho que ela tem uma importância muito grande para o futuro, e não como constatação do caos no presente. Acho então que esses dados do SEADE serão importantíssimos para que possamos, com eles, traçar uma proposta futura de atuação. Estará sendo elaborado e entregue a cada um dos senhores também os temas que nós, da coordenação, reputamos sejam fundamentais; não é,

evidentemente, um rol exaustivo, mas apenas um rol de temas que entendemos importantes, a partir dos quais cada um dos senhores terão condições de acrescentar ou suprimir um tema ali colocado, desde que tenhamos condições de traçar e definir qual metodologia vamos utilizar. Pediria, inicialmente, que cada um dos senhores e senhoras se apresentassem, e começo apresentando-me: meu nome é Carlos Sampaio, sou Promotor de Justiça já há 13 anos, estou licenciado no Ministério Público para o exercício do mandato de Deputado Estadual; minha experiência na área de Segurança Pública vem da Promotoria de Justiça – fui promotor criminal durante minha atividade, promotor do júri especificamente, fui Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas e representei o Ministério Público na Reforma Constitucional que se pretendia fazer à época, em 1994, nos estudos específicos na área de Segurança Pública.

Agradeço a presença do Secretário João Benedito, nosso Secretário de Assuntos Penitenciários, a quem passarei inicialmente a palavra.

SR. JOÃO BENEDITO – A Secretaria de Administração Penitenciária trata de assuntos penitenciários, mas o nome é de Administração Penitenciária. Eu não estava aqui desde o início porque, cumprindo determinações da Presidência, dava uma entrevista à TV Assembléia. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente Vanderlei Macris e a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela visão de estadista de seu Presidente e de Parlamentar; esta é a verdadeira função do parlamento, do parlamento estadual, de criar este Fórum São Paulo Século 21, para se discutir todos os grandes problemas que afligem o Estado de São Paulo. Discutir democraticamente, ouvir a sociedade e, por meio da audiência pública da sociedade, construir políticas compatíveis com a dimensão, com a grandeza e com os problemas do Estado de São Paulo. Queria também cumprimentar o Deputado Carlos Sampaio, ilustre Deputado, tanto Deputado como Secretário oriundos do Ministério Público, para dizer de minha alegria, satisfação e segurança em ter como relator da área de Segurança um Deputado que tem uma

longa tradição e experiência nessa área. Evidentemente, a área da Segurança é um conjunto. Essa área apresenta falhas porque há deficiências desde a polícia, passando pela Justiça Criminal, continuando pelo sistema penitenciário e também em razão de políticas sociais públicas preventivas em relação à criminalidade. Nesta minha primeira intervenção, vou somente dizer que coloco a Secretaria de Administração Penitenciária à disposição, um assessor nosso irá acompanhar todo o desenrolar dos trabalhos, e informar aos senhores que o Governo do Estado, nesta área, fez um grande esforço, seja em investimentos, seja na preparação de pessoal, seja em políticas alternativas preventivas. Esse esforço, é importante que os senhores saibam, nesta primeira reunião, resultou, a partir de 1996, no planejamento e na execução do maior programa de geração de vagas prisionais da história do Estado de São Paulo. Foram geradas, de 1996 até agora, um pouco mais de 17 mil vagas, e até o mês de janeiro serão 19 mil, 840 vagas. São mais vagas num espaço de três anos e meio do que nos últimos 50 anos.

O Estado investiu mais na geração de vagas do que nos últimos 50 anos e, com isso, conseguindo retirar um grande número de presos condenados que se encontravam nos distritos policiais. Basicamente, na capital de São Paulo, até o final do mês de dezembro, não haverá mais nenhum preso condenado em distrito policial, que era um problema que se arrastava desde 1976. Dirão os senhores, mas e os presos provisórios, os distritos continuam sublotados, com fugas, com rebeliões? Realmente, esse problema ainda perdura, porque a população prisional cresceu demais, o perfil do delinqüente é completamente diferente do perfil dos anos 50 e dos anos 60 e, por isso, o Governo, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da nossa Secretaria, lançou o programa, que também está em execução, da construção de 22 centros de detenção provisórios, cada um com capacidade para 762 presos, dos quais seis encontram-se já em construção, cinco na capital de São Paulo e um na cidade de Campinas. Com esses 22 centros de detenção provisórios, ao final da construção não teremos mais nenhum preso provisório recolhido em distrito policial, a não ser os presos por prisão temporária, prisão

preventiva e para diligências, podendo o distrito policial e o aparelho policial que opera no distrito, a Polícia Civil, voltar-se exclusivamente para sua função de investigação, que é a função para a qual ela foi criada. Ao lado disso, executamos um grande programa de formação e de qualificação de mão-de-obra dentro do sistema prisional, são mais de sete mil funcionários que foram treinados, capacitados e reciclados, e lançamos um programa de penas alternativas. Esta é uma questão que eu queria deixar muito bem registrada aqui com os senhores.

A sociedade – e a sociedade são os senhores –, os especialistas na área de segurança como um todo, precisam discutir outras formas de punição do crime, que não seja exclusivamente a pena de prisão, a pena de encarceramento, que deve ser reservada ao criminoso perigoso. O criminoso perigoso é o seqüestrador, o assaltante de banco, o narcotraficante, o autor de crime sexual grave, é o justiceiro, estes precisam, obrigatoriamente, ser recolhidos. Os outros delinqüentes, primários, não estruturários, precisam ser objeto de uma outra forma de sanção.

Colaboramos com o Governo Federal na ampliação das penas alternativas de um para quatro anos, acho que esse projeto precisa ser ainda mais aperfeiçoado, de tal forma que se reserve o encarceramento e a pena de prisão exclusivamente ao preso perigoso. Este é um rápido *flash* que queria deixar aos senhores e, acima de tudo, dizer que queremos ouvir dos senhores sugestões, inclusive, para o aperfeiçoamento do sistema penitenciário. Quero dizer, também, que coloco a Secretaria ao inteiro dispor da Assembléia para esta magnífica empreitada, que, certamente, terá sucesso, porque comandada de forma competente pelo ilustre Deputado Carlos Sampaio.

SR. CARLOS SAMPAIO – Muito obrigado, Secretário. Gostaria apenas de deixar claro que o Secretário hoje não vai poder estar conosco durante esta primeira reunião por um compromisso previamente agendado, mas o grupo temático não poderá prescindir de sua presença nas demais reuniões, à medida que não é a condição de Secretário que o traz aqui, mas sua experiência de vida também como

Secretário, como Promotor de Justiça, que trará inúmeros subsídios dos quais não poderemos prescindir. Peço a presença para as próximas reuniões do próprio Secretário, porque, realmente, a reunião tende a gerar um conflito de idéias, conflito esse que, penso eu, tem condições de também gerar uma unidade de propósito.

SR. JOÃO BENEDITO – Estou às ordens e peço escusa por ter que me retirar. Muito obrigado.

SR. CARLOS SAMPAIO – Muito obrigado por sua presença, Secretário. Dentro da idéia de nos apresentarmos primeiramente, pediria que cada o fizesse, para que pudéssemos dar continuidade a esta primeira reunião. Começaria pela minha direita, com a senhora, por gentileza.

SRA. MALVINA MUSKAT – Sou presidente de uma organização de terceiro setor, Pró-Mulher, Família e Cidadania, parceira da Secretaria da Justiça, Procuradoria do Estado e Secretaria de Desenvolvimento Social, em projetos tais como CRAVI e CIC. Não sei se é conhecido ou não de vocês, mas CIC – Centros Integrados de Cidadania –, é um projeto do Secretário Belizário, e o CRAVI é um Centro de Referência de Atendimento à Vítima, que atende à família de vítimas de homicídio e latrocínio. Faço parte do Conselho Estadual da Condição Feminina, na Executiva, tratando das questões de violência intrafamiliar.

SRA. JACQUELIN SPOSATI SIGNORETO – Hoje, aqui, represento o Dr. Carlos, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, uma organização não-governamental que trabalha na área do Direito Penal, da criminalidade e da segurança.

SR. FLÁVIO LAPA CLARO – Sou Investigador de Polícia e Secretário Geral da Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Em

minha vida profissional, trabalhei no instinto Degran, no Departamento de Homicídios, no Garra, no instinto DEIC, atual Depatri, atualmente estou lotado na Delegacia de Extorsões, a primeira da Diprocom, do Depatri.

SRA. ADRIANA DE MELO NUNES – Sou advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, sou assistente técnica e direciono a Secretaria de Administração Penitenciária, membro do Conselho Penitenciário e, agora, do Conselho de Defesa da Pessoa Humana da Secretaria de Justiça. Talvez essa confiabilidade dos organismos me convidarem para atuar seja em razão do tempo que venho dedicando na questão carcerária, também. Vim representando basicamente a Associação de Proteção e Assistência Carcerária, um projeto que está acontecendo em Bragança Paulista e em outras localidades no que diz respeito a gerenciamento da comunidade nas cadeias públicas, e nossa idéia é organizar isso de uma forma mais adequada, para facilitar a interlocução com o governo para ampliar essas cadeias públicas com essa forma de gerenciamento.

SR. JOSÉ RENATO NALINI – Sou Juiz do Tribunal de Alçada Criminal; fui promotor durante quatro anos, de 1973 a 1976. Depois fiz outro concurso, sendo Juiz desde 1976, há seis anos no Tribunal de Alçada Criminal. Estou aqui representando a Escola Nacional da Magistratura, porque, nesses últimos anos, venho dedicando-me à formação do Juiz. É essa, então, a contribuição que gostaríamos de trazer, como é a mentalidade do Juiz, se é possível fazer com que ele seja não só um solucionador das conseqüências da criminalidade, mas que haja um envolvimento do Juiz cidadão, com projeto para prevenção também.

SR. JOSÉ CARLOS GUILLEN BLAT – Sou Promotor de Justiça, atualmente coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Na qualidade de Promotor de Justiça também apresentarei nossas experiências no campo prático, porque o

Grupo de Combate ao Crime Organizado tem sido um laboratório, onde o promotor tem saído de seu gabinete e aliado-se tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar no combate à criminalidade organizada.

SR. PEDRO DE ABREU DALLARI – Sou coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil aqui da seção de São Paulo. Tive o privilégio de, por oito anos, ser deputado nesta Casa, daí porque minha satisfação, nobre Deputado Carlos Sampaio, de estar retornando aqui para continuar os vínculos com esta Assembléia Legislativa e, em nome pessoal, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, junto com a Dra. Adriana Nunes, estaremos aqui dando a contribuição que for necessária, que estiver ao nosso alcance para o sucesso deste grupo.

SR. SYNESIO BATISTA DA COSTA – Sou economista, Vice-Presidente da Fiesp/Ciesp, estou aqui representando o Núcleo de Ação Política de nossa Casa. Sou, também, Presidente da Associação Brasileira de Fabricante de Brinquedos – Abrinq, Associação do Setor Ótico, de Instrumentos Musicais, de Embalagens Flexíveis e sou fundador também da Fundação Abrinq.

SR. VALDIR SUZANO – Senhor Deputado, sou o Cel. PM Valdir Suzano, atualmente Diretor de Ensino e Instrução de toda a Polícia Militar do Estado de São Paulo, que abrange todos os cursos de formação de nossa corporação, de soldado até oficiais, cursos de aperfeiçoamento para nível superior, inclusive, e responsável também por todos os gabinetes de instrução da Polícia Militar, que são 50 no Estado de São Paulo. Sou, também, Presidente da Comissão de Assessoramento para Implantação de Policiamento Comunitário no Estado, e meu comando anterior foi o comando e policiamento metropolitano. Conto já com 33 anos e 10 meses de serviço e espero contribuir, em nome da minha instituição, com os trabalhos que aqui serão realizados.

SR. DERMI AZEVEDO – Estou aqui representando a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e também o Programa Estadual de Proteção a Testemunhas, em fase de implantação, cujo Conselho Deliberativo está sob minha responsabilidade. Integro também a Comissão que monitora a execução do Programa Estadual de Direitos Humanos e represento a Secretaria nas Comissões de Direitos Humanos e de Polícia Comunitária da Polícia Militar.

SR. CARLOS SAMPAIO – Feitas as apresentações, gostaria também de apresentar o Dr. Marco Aurélio Marttoreli, que também trabalha junto à Secretaria de Justiça, mas está cedido aqui para a coordenação dos trabalhos do Fórum Século 21, a quem passarei a palavra para que falasse um pouco da sistemática que abordaremos.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Bom dia a todos. Queria, em nome da coordenação do Fórum, novamente agradecer pela presença e pela disponibilidade de todos vocês. O sucesso desta iniciativa é medido na exata proporção de nossa contribuição pessoal, em razão das pessoas que foram escolhidas: são 320 conselheiros e 16 grupos temáticos que compõem esse grande espaço de discussão dos grandes temas, dos grandes problemas que São Paulo vem passando e precisa, de alguma maneira, solucionar.

Na área da metodologia, foi pensado o seguinte, para que possamos ter um trabalho coerente com relação ao Fórum: não sei se os senhores todos receberam a relação desses grupos, mas a Segurança Pública, como foi dito anteriormente, não é simplesmente um setor destacado da sociedade, mas um componente completamente integrado em qualquer outro setor que vamos analisar. Essa recíproca é verdadeira, portanto, todos os setores têm uma interligação. O que se espera desses grupos temáticos é que eles façam a discussão aprofundada sobre o tema específico, mas que todas as inter-relações entre os outros temas, por

exemplo, Cidadão do Século 21, Cidadania, Turismo, Transportes, tudo que se possa relacionar entre si dentro dos grupos temáticos, sejam feitas por meio do grupo de coordenação, o qual integramos.

Hoje, em uma primeira reunião, vamos fazer uma apresentação de grupo; as pessoas faltantes já nos justificaram, só para os senhores terem idéia: Benedito Mariano, que é da Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, Prof^a Flávia Schilling, que tomo a liberdade de apresentar – a Prof^a Flávia Schilling é coordenadora do CRAVI, que é o Centro de Referência de Apoio à Vítima, que eu tive a honra e a oportunidade de ajudar a construir dentro da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, que atende familiares de vítimas de crimes fatais, com auxílio psicológico, jurídico e social, também uma iniciativa conjunta do Governo do Estado com outras instituições, entre elas a Pró-Mulher Família e Cidadania, cuja representante, a Prof^a Malvina, já se apresentou.

O que se espera dessa reunião é que todos vocês, com suas experiências pessoais, com seu conhecimento, tenham a oportunidade de traçar, dentro deste espaço legislativo, de maneira absolutamente democrática, algumas linhas fundamentais para que a Casa assuma, não apenas com projeto de lei ou com modificações de ordenamento jurídico, que é a função, vamos dizer assim, formal da Casa, mas, como a função precípua da Casa é refletir os anseios da sociedade, que esses anseios sejam postos aqui de maneira coordenada.

Foi convidada para fazer parte do grupo de auxílio dessa coordenação a Fundação SEADE, que é o Sistema Estadual de Análise de Dados. Essa Fundação congrega todos os principais indicadores, os principais levantamentos demográficos, estatísticos e de análise de estudos também de todos os índices que são, vamos dizer assim, passíveis de análise dentro do Estado de São Paulo.

O grupo de vocês vai indicar quais são os principais pontos que precisam ser analisados. A Fundação SEADE vai fornecer todos os dados disponíveis nos bancos da Fundação e outros bancos, fazer análise lincada com os outros grupos, para que vocês possam ter todas as condições de analisar essas informações, de

trabalhar de com dados coerentes com os outros grupos de estudo, absolutamente integrados, para que possam fazer uma análise de propostas de maneira mais objetiva, mais concreta. Todos nós, aqui, somos convidados por conta de nossas experiências pessoais, e eu me incluo também nesse grupo. Já fizemos vários grupos, estudos, planos de governo etc. Não é essa a proposta, aqui. A proposta do Fórum não é fazer mais um plano de governo, mas criar um novo espaço de discussão, no qual a sociedade civil possa ter, na Assembléia Legislativa, um ator fundamental na construção dessas novas políticas.

Solicito aos senhores que comecem a reunião com bastante tranquilidade, porque o que se prevê aqui é que, em dezembro ainda, se faça um primeiro evento, que não necessariamente precisa ser um evento de porte, um simpósio, um seminário, uma apresentação, uma palestra, pode ser uma nova reunião, um novo encontro dos senhores, mais amadurecido.

Para amanhã está marcada uma reunião com as assessorias dos deputados coordenadores do Grupo Temático com o Fórum e com a Fundação SEADE, para que hoje os senhores, colocando os principais indicadores necessários para analisarem em conjunto as políticas, que eles sejam colhidos, e até dezembro vão estar disponíveis em CD-ROM e impressos, para que os senhores possam fazer as análises que forem pertinentes. Em janeiro, existe a previsão do reinício dos trabalhos, em fevereiro a retomada plena e, a partir de então, o esforço final até o relatório. A idéia é que seja feito um esforço concentrado para que haja propostas objetivas e concretas, inclusive para respeitar o tempo e a dedicação de todos os senhores, que são, sem dúvida nenhuma, pessoas muito ocupadas.

SR. CARLOS SAMPAIO — De Marco Aurélio, agradeço sua explanação. Acho fundamental, para que possamos desenvolver essa reunião, o primeiro contato com esses índices, que poderão servir de parâmetro para que continuemos na elaboração de propostas. Queria perguntar ao Marco Aurélio, nessa reunião que os assessores terão amanhã com a Fundação SEADE, em quanto tempo seria

possível disponibilizar esses dados, para que marcássemos a próxima reunião, talvez para uma exposição da própria SEADE.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Hoje mesmo está marcado para vir o técnico do SEADE, o gestor. São 16 gestores, que estão locados em cada um dos grupos temáticos. O gestor desse grupo, para quem conhece, é o Prof. Renato Lima, que é doutorando do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro. É sociólogo e está trabalhando justamente na área de composição dos dados da violência, para poder fazer uma análise. É uma pessoa especializada. O que se pode fazer é o seguinte: essa reunião de amanhã, que pode até ser adiantada um pouco, vai servir para perceber quais são os indicadores que o grupo quer. Dependendo dos indicadores, se eles estiverem muito mais fáceis de serem colhidos, essa reunião pode ser até dia 12 de dezembro. A idéia é que até no máximo 15 de dezembro os trabalhos do SEADE sejam entregues, impressos e em CD-ROM, para análise dos senhores. Volto a repetir, o impresso terá só os dados da segurança e o CD-ROM todos os outros dados de todos os outros grupos, para que os senhores façam os *links* que acharem convenientes.

SR. CARLOS SAMPAIO – Então, no dia 13, por exemplo, que é uma segunda-feira, teríamos condições plenas de, definidos quais são os dados, uma apresentação por parte do SEADE.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Sem dúvida. Pode-se até marcar com a própria SEADE para que o Renato, ou outros membros da Fundação, venha aqui para explicar qual é essa metodologia ou então colher melhor dos senhores quais são os dados, até para um próximo encontro.

SR. CARLOS SAMPAIO – Colocaria, então, em discussão com os Conselheiros, que definíssemos isso, porque nossa assessoria e a do Deputado

Zuza, que não pôde estar presente, têm alguns parâmetros daqueles índices indicativos, importantes para nossas reuniões, mas eu colocaria como primeira discussão em pauta justamente quais seriam os subsídios que nossa assessoria deveria levar amanhã para esse encontro com técnicos do SEADE. Está, então, aberta a palavra, para que possamos definir isso, se é que os senhores entendem que essa primeira reunião deva ser realmente para essa coleta de dados. O porquê dessa coleta de dados, na minha visão, como existe o recesso parlamentar a partir do final do mês de dezembro, e por todo janeiro, os trabalhos seriam retomados a todo vapor, como colocou o próprio Marco Aurélio, nos meses de fevereiro, março e abril. Teríamos, digamos, no dia 13, uma reunião preliminar, daí teríamos 45 dias em que cada um de nós, com sua especificidade de estudo em determinados temas, com base nesses dados, estaria justamente formatando uma pauta própria para que, na primeira reunião de fevereiro, pudéssemos definir, desse conjunto de pauta que todos apresentariam, quais seriam aqueles temas que abordaríamos pelos próximos três meses. A idéia é que nenhum de nós saísse para esse estudo individualizado, que será feito ao longo de 40 dias, sem esses dados do SEADE. Portanto, a importância desses dados decorre dessa necessidade de que tenhamos subsídios para a reunião. Abro, então, a palavra, para que possamos definir ou acrescentar, na opinião de cada um dos senhores, quais serão esses índices fundamentais, para que possamos analisá-los.

SR. CARLOS SAMPAIO – Essa pauta mínima que foi elaborada para nossa coordenação tem temas específicos e os índices que, entendemos, sejam fundamentais, que cada um dos senhores estará recebendo amanhã. Não temos, aqui, o Deputado Zuza, que, inclusive, ficou com esses dados para formatá-los, os quais, amanhã, cada um dos senhores receberá. Então, o problema é nos anteciparmos na data de hoje.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Posso dar uma sugestão de discussão. Os outros grupos funcionaram bem assim, para que os senhores tenham uma idéia da dinâmica: primeiro, houve essa apresentação, e eu faço questão de salientar que antes de estarem aqui como representantes, vocês estão aqui como cidadãos de grande experiência, então, sejam informais, troquem muita idéia, porque, às vezes, nesse trocar de idéia, surgem alguns índices. Por exemplo, poderia sugerir para discussão a questão da mortalidade entre os jovens, a questão da violência com a mulher, quer dizer, quais são os indicadores para isso, o que a polícia tem a dizer com relação à eficiência, o que a sociedade civil tem a dizer com relação a esse tipo de experimento, o que a Ordem dos Advogados, ou então o advogado militante, ou então o que o policial na rua percebe com relação à violência, o que seria importante para melhorar o trabalho, o que o estudioso tem como parâmetro, qual é a violência que mais afeta, por exemplo, a criança, ou então o que os empresários estão pensando com relação a determinados índices. O Sérgio tem condição de fazer a lincagem com qualquer índice. Agora, a discussão é que tem que ser absolutamente franca e honesta. O espaço da Assembléia, e talvez esse seja o grande diferencial, propicia essa discussão muito democrática.

Os senhores fiquem absolutamente à vontade, aqui não há nenhum formalismo, circunstancialmente existe esta Mesa, mas outras reuniões podem ser feitas em outros locais, inclusive, para que vocês fiquem à vontade para incorporar, dentro de suas instituições, a discussão democrática que está sendo feita aqui. Peço, então, a vocês que falem com franqueza, com naturalidade, numa reunião entre pares, uma reunião absolutamente fraterna. Ao final da reunião, podemos tirar alguma conclusão. Não é o objetivo, o objetivo é que o grupo se conheça; mais do que ter propriamente algo concreto a partir de já, é óbvio que todos aqui se conhecem de alguma maneira, mas que aproveitem desse pré-conhecimento para travarem um relacionamento absolutamente aberto.

SR. – Eu precisaria de alguns índices, que acho seriam de fundamental importância para análise da estrutura das polícias civil e militar, que seriam, em primeiro lugar, a quantidade de cargos existentes, tanto na Polícia Civil, quanto na Polícia Militar, em cada carreira policial civil, no caso, e em toda a Polícia Militar. Desses cargos, quantos estariam efetivamente ocupados; dos cargos ocupados, quem está exercendo, efetivamente, a função. Por exemplo, uma pessoa no Detran, que é investigador de polícia e vai fazer exame de habilitação, em meu entendimento, não está fazendo polícia judiciária. Além disso, dos que não estão exercendo efetivamente sua função, ou seja, o investigador de polícia que não está fazendo a investigação e não está trabalhando num departamento ou numa delegacia para fazer a polícia judiciária, quantos sobram para efetivamente exercer isso?

Qual o número de pessoas ocupadas para fazer a guarda dos distritos policiais, incluindo aí carcereiros, investigadores de polícia, escrivães, policiais de plantão em geral? Quantos funcionários da Polícia Militar ocupam funções administrativas? Quantos funcionários da Polícia Militar trabalham à paisana, seja no reservado, seja no P2?

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Só para esclarecimento, talvez num primeiro momento, no caso desses dados, que são bastante específicos, talvez para o dia 12, um dado com essa especificidade não seja possível, mas ao longo do trabalho vamos conversar com a SEADE.

SR. CARLOS SAMPAIO – Até, se me permite uma sugestão, na linha do que foi colocado pelo colega, acho que talvez fosse interessante que todos elencassem os índices que cada qual entende seja prioritário, e fizéssemos isso, se possível, ainda hoje, até no máximo amanhã de manhã, para que sejam entregues, porque a reunião com o SEADE será aqui na Assembléia, às 15:00 horas, então teríamos até o meio-dia para entregar aqui no 5º andar, na Sala 5002, essas sugestões. Aí a

assessoria nossa já vai municiada com os índices que, para cada um dos senhores, sejam prioritários para o desenvolvimento dos estudos específicos. A palavra continua aberta.

SR. VALDIR SUZANO – Além desses dados, que se encontram elencados aqui no Grupo Temático 7, que deve ter algum parâmetro geral, porque isso deve ter sido feito baseado em algum levantamento fornecido aos senhores, para que pudéssemos detalhar melhor aquilo que seria necessário para ser colocado em discussão para cada instituição, acredito que seja muito prematuro, hoje, fazermos esse levantamento de pronto, com os índices necessários para que possamos trabalhar.

SR. CARLOS SAMPAIO – Apenas esclarecendo, Coronel, o grupo temático não possui um elenco exaustivo de temas a serem abordados, ou seja, são temas que foram colocados, e como disse, cada um dos senhores receberá amanhã uma cópia desses temas, inclusive com os índices por nós propostos para serem analisados pelo SEADE, mas índices esses que na discussão poderão ser suprimidos ou acrescidos. Acho, então, que se cada um colocasse aquilo que para si interessa, num segundo momento teríamos condições de, definida a pauta realmente com base na idéia de todos, daí especificarmos, até na linha do que foi colocado pelo colega que representa aqui a Polícia Civil; então apenas uma sugestão de que até amanhã ao meio-dia déssemos aquilo que para cada um de nós é fundamental, e depois cada um vai ter o informativo, por parte de nossa coordenadoria, dos temas que foram pautados a título exemplificativo e, a partir daí, avançaremos.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Apenas lembrando, o índice não tem cor, não tem cheiro, não tem nada, índice é um número. Por exemplo, lembro-me de uma discussão há algum tempo, e é até mais por isso que o senhor está

aqui, não simplesmente para indicar índice, mas para saber por que esses índices são importantes. Vou colocar um pouco de pimenta na discussão: aumento do número de crimes praticados com arma de fogo, pode ser que alguns grupos entendam que isso significa que a polícia tem que se armar mais, pode ser que alguns grupos entendam que por conta disso a sociedade tem que ser mais policiada e, portanto, tem que baixar uma lei proibindo o porte de arma, pode ser que o problema esteja na fiscalização, porque só tem 60 mil portes de arma emitidos e dois milhões de armas clandestinas, pode ser que o problema esteja na questão da família, que a família não está integrada, está-se violando mutuamente, portanto, os índices de homicídio estão trabalhando e não adianta investir no aparato policial e sim na parte familiar, quer dizer, é essa a discussão que se espera de vocês. É esse o tema, é esse o grau de compromisso que se espera de vocês, que vocês usem todo conhecimento acumulado ao longo da vida e da experiência profissional.

O problema de polícia, por exemplo, não é um problema só de investimento e armamento? Não, não é um problema de investimento e armamento. O problema da Segurança Pública não é um problema de rebaixamento da norma penal, da idade penal ou, então, da parte de recrudescimento do aparato legislativo e punitivo, também não é. A solução é montar prisões de segurança máxima a cada quarteirão? Também não é. O problema é não ter equipamentos sociais adequados para que a população possa trabalhar? Também não é só isso, quer dizer, é um conjunto de coisas, e por isso esse grupo é propositadamente heterogêneo. Então, temos de identificar quais são os pontos, os indicadores. Não se espere do SEADE que faça análise, porque o SEADE vem aqui simplesmente para fornecer dados. Qual é o índice que eu quero? Se for tirado aqui no consenso que eu quero o índice de mortalidade de jovens do sexo masculino, entre 15 e 25 anos, na região metropolitana, separado por Grande São Paulo, separado por faixa etária, por segmento social, por origem e destino, tudo bem, esses dados todos são possíveis de se obter. O problema é o por que, e isso é que o grupo tem, é esse

conhecimento que o grupo tem, porque o grupo cansa de pegar análises, estatísticas em jornais, em acesso a pesquisas, em Internet, isso tudo os senhores têm; não se espera que seja aqui uma reunião onde vocês simplesmente só indiquem números, propostas, mas que discutam profundamente quais são esses grandes nós que temos com relação à Segurança Pública, para que o grupo progrida.

SR. – Entendo que o que o Deputado Arnaldo Jardim colocou antes é fundamental. Obviamente, o referencial metodológico de todo trabalho dos fóruns é o índice de desenvolvimento humano da ONU e é evidente que precisamos trabalhar em todos os grupos a partir desse índice, de seus referenciais, ou seja, para que possamos discutir apropriadamente a questão da Segurança Pública não apenas de forma reativa, mas, sobretudo, de forma proativa. Precisamos ter em mãos o que há de mais atualizado em matéria de indicadores sociais, econômicos, ambientais do Estado de São Paulo. Tudo aquilo que a ONU utiliza em termos de expectativa de vida, mortalidade infantil e outros indicadores, analfabetismo etc. Precisamos ter isso numa sinopse, porque isso é a base, é o pano de fundo de toda intervenção pública, não apenas na área de segurança.

SR. CARLOS SAMPAIO – Muito bem lembrado, é exatamente isso que acontecerá. Cada um de nós receberá um CD-ROM, onde todas as informações serão colocadas.

Eu me permitiria fazer apenas mais uma colocação. Dentro do que foi colocado pelo Marco Aurélio, acho que o grande mérito que podemos tirar daqui é que, pela primeira vez, está-se permitindo que, numa diretriz futura de Segurança Pública, a sociedade organizada e os demais órgãos que compõem o Estado possam ser co-autores de uma proposta. Coloco isso uma vez que não consigo imaginar a sociedade co-responsável se ela também não é co-autora. À medida que ela participa, dando a idéia, ela efetivamente tem responsabilidade pelo êxito dessa

idéia. Portanto, é imprescindível que as idéias sejam colocadas de forma clara, aberta, sem uma preocupação se estamos ou não criticando essa posição do Governo aqui ou lá. Muitos daqui integram o Governo e vão ouvir críticas, muitos têm posição ideológica contrária, mas o imprescindível é que nada disso seja algo que restrinja a discussão, ou o âmbito da discussão. Por favor, eu sou do PSDB, sou do partido do Governador Mário Covas, mas estou aqui como um coordenador que está buscando ouvir todas as idéias, para que, realmente, aquilo que eu disse no início, nesse conflito de idéias, possamos tirar uma unidade de propósito. É até uma metodologia que é também científica, porque esses opostos acabam gerando pelo menos um mínimo de unidade, e esse mínimo transformará todos em co-autores de uma idéia a ser implementada; e sendo implementada, automaticamente nos tornamos co-responsáveis por ela.

SR. SYNESIO BATISTA DA COSTA – Estou muito confuso e peço desculpas pela minha confusão pessoal; eu imaginava, quando li os documentos todos que chegaram, as coisas são muito claras aqui: “pa-pa-pá, buscando estabelecer metas a serem atingidas e caminhos a serem trilhados”. Sentei-me aqui hoje com a sensação de que era 29 de novembro de 2005, para exatamente tentar ver o que fizemos para chegar no hoje, que é 2005. Na verdade, só estou falando de planejamento, fico preocupado que comecemos a fazer coisas do tipo micro; se esse grupo quer tratar de coisas micro, e aqui eu quero divergir, que bom que nesta Casa parece que é permitido divergir, na verdade acho que é superlegal saber quantos policiais tem aqui, ali, lá ou acolá, na cadeia ou na rua, mas isso não é importante porque isso não define aonde vamos chegar com a Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Isso pode ser o meio, podemos definir, mas se fôssemos capazes de definir quem somos hoje em matéria de Segurança Pública, aonde queremos chegar, isso na empresa recebe o nome de planejamento estratégico, ou seja, a cada final de dezembro vejo quanto ganhei, estabeleço quanto quero ganhar o ano que vem, e

ninguém me segura no meio do caminho para atingir aquilo. Não quero trazer um sistema empresarial para esta Casa, porque daqui a pouco vão dizer que estou querendo privatizar as coisas, mas garanto que tenho a sensibilidade de terceiro setor e a ganância do setor empresarial, então já aprendi a conviver com as duas linguagens. Mas, para andar rápido, o IDH é super legal, tal, mas nós aqui no Estado de São Paulo temos coisas ainda muito primárias para serem resolvidas, e podemos estabelecer o que desejar o IDH meio tropicalizado até, não precisamos ser assim tão rigorosos; o que interesse é que a vida seja boa neste lugar aqui, e não como é na Suíça, estabelecido por padrões suecos, dinamarqueses ou mesmo norte-americanos. Isso é um sonho, e se ficarmos tentando nos comparar com gente daquele calibre ou daquela natureza, vamos todos para casa procurar um psicólogo, porque esse não é o nosso lugar de viver.

Terminaria dizendo que depois que descobrimos que Segurança Pública queremos, hoje, 29 de novembro de 2005, vamos ser muito mais capazes de definir os caminhos, os meios, quem faz o que, e a partir daí só temos que ser capazes de cobrar, cobrar e cobrar. Acho que o sistema de cobrança em São Paulo está perfeito; a imprensa não dá folga para ninguém, duas pessoas conversando já é complô, ou seja, está uma maravilha o sistema de cobrança. Esta Casa, as outras casas públicas, todo mundo, para cobrar é uma beleza. Todo mundo tem direitos nesta cidade, e ninguém tem deveres, então passa por uma questão de gestão; se formos capazes de, depois de treinamentos, isso tudo, aí é que temos que saber: afinal de contas quero chegar aqui, qual é a equipe de vendedores que eu tenho. Se eu sei a equipe de vendedores que tenho, aí fico dando palpites, porque demite aquele, contrata outro, faz isso etc. Não temos um norte. Aonde queremos chegar? Vim aqui para ter essa pergunta respondida. Terminando dizendo que tudo isso, imagino, deve resultar em políticas públicas. Peço desculpas pelo meu pragmatismo, mas se ficarmos sonhando apenas na teoria, é um sonho erótico, é uma noite de verão, podemos não chegar, e não entregamos o trabalho no dia que tem que entregar.

Questões micro, Sr. Coordenador, tenho a impressão de que deixamos para uma outra hora; perseguir índices, então, vamos chamar o índice estatístico e dizemos: quanto é no mundo? Na Suíça é 10, então é 9,5 que queremos. E vamos embora. Permitam-me a forma tão objetiva, mas estou em dúvida.

SR. CARLOS SAMPAIO – Synesio, iniciei falando que esses dados me preocupam muito, acho que essa foi minha primeira fala, acho que eles são importantes enquanto uma radiografia que possa nortear esse planejamento estratégico futuro. Acho, então, que os dados em si não são a resposta de nada, eles apenas fornecem subsídios para a definição de uma metodologia. Quando você diz qual é o planejamento, qual é a metodologia, ou seja, aonde queremos chegar, esse planejamento, eu só não quis aprioristicamente defini-lo, porque achei que não teria sentido numa discussão de quais os rumos que vamos adotar para a Segurança Pública. Já definimos qual a metodologia a ser utilizada. Marquei então o dia 13, estou agora passando aos senhores e queria ouvir sobre o melhor horário, para que todos esses dados primeiros fossem fornecidos.

Todas as informações que puderem ser obtidas da listagem que os senhores vão me fornecer amanhã, até a próxima segunda-feira, que será no dia 13, são para fazermos essa reunião, aqui mesmo neste Plenário. Vejam, não necessariamente precisa ser na Assembléia, estou sugerindo porque acho ser mais fácil, por termos aqui toda uma estrutura já preparada. Faríamos aqui essa reunião, aonde traríamos, todos, a pauta que vai ser discutida para o próximo passo. Quando o Synesio coloca que, na verdade, esperava vir aqui já com algumas idéias, o problema é que estamos aqui justamente para formatá-las. Não tenho uma forma prévia de definir o que é melhor, a idéia é que formatássemos isso juntos. É por isso que, se esses dados não são importantes para uns e são para outros, acho que é nesse conflito de idéias mesmo que vamos acabar chegando nessa unidade que estamos buscando. Acho que dia 13 é uma data limítrofe, aonde todos vão colocar aquilo que entendem deve ser pautado, todos vão ter os índices que solicitaram e, a partir daí, vamos

traçar nossa pauta. Já não vai ser mais a minha pauta, a sua ou de quem quer que seja, e daí sim, a partir do dia 13, podemos falar num planejamento estratégico.

Antes disso, acho que fica difícil, porque é uma primeira reunião; quando se impõe uma meta, pressupõe-se que os métodos já estejam definidos, como você colocou bem: “vamos definir quais são os vendedores”. Só acho complicado nesse caso nosso, porque não sabemos o que eles vão vender. Nosso grande problema é o produto, então vamos ter que confeccionar juntos, porque para os vendedores, pressupõe-se a elaboração dessa idéia e desse produto.

SRA. ADRIANA DE MELO NUNES – Deputado, com licença. Entendi a angústia dele e compartilho da mesma sensação, porque esses anos todos de milícia faz notarmos que os grupos acabam sendo muito tagarelas, escrevendo muitas coisas e buscando implementações de uma forma meio caótica. Desculpe-me, mas vi que vocês separaram por alguns temas, mas acho que o que ele está querendo colocar, por exemplo, esses temas que vocês indicam, como juventude e segurança, estrutura urbana dos municípios, comunidade e segurança pública, municipalização dos assuntos da segurança pública, criação de mecanismos alternativos de captação de recursos, análise da estrutura e infra-estrutura das polícias civil e militar, acho que essa divisão está interessante; temos aqui um número de pessoas, não sei se é isso que se está pretendendo fazer para a próxima reunião, mas por exemplo, há alguns pontos aqui que me interessam. Além de tudo, sou advogada do Sindicato dos Delegados de Polícia, quer dizer, interessa-me conhecer a estrutura, posso até fornecer dados, e tal, mas meu papel aqui, meu interesse nessa plenária, embora também me interessa saber qual o índice de armas que a polícia tem – posso fornecer dados, posso ajudar –, é trabalhar com os senhores, é a minha esperança, para que possamos discutir junto com essas 26 comunidades que estou representando aqui, quais os melhores mecanismos de criação de uma comunidade participativa no processo da pena, como forma de minimizar os efeitos da segurança pelo processo da ressocialização. Acho que se

podéssemos mesmo, talvez na próxima reunião, tentar traçar uma linha do que cada um pretende...

SR. SYNESIO BATISTA DA COSTA – Tudo o que ela está dizendo está correto, mas é micro. Se vamos discutir micro, vamos então pegar aqui e discutir quantos policiais por esquina, e não vai adiantar porque não resolvemos as coisas na raiz. Vamos trabalhar o ninho, e a senhora está propondo já irmos para a ponta, tipo cadê o preso, onde ele está, vamos resolver aqui. Eu estava pensando muito mais em fazer uma política preventiva, como: queremos chegar com a Segurança nesse formato. Aí vai até passar por necessidade de ressocializar, enfim, isso que a senhora disse, mas esse é um departamento de nossa empresa segurança pública, de nosso assunto segurança pública, o que vamos ser capazes de dar à população, o que ela precisa. E nós não definimos ainda que segurança pública queremos. Se vamos ao micro, ele já precisa saber quantos delegados tem. Vamos discutir aonde queremos chegar.

O Deputado diz até o dia 13. Vejam o que vai acontecer: cada um de nós, quando sair correndo desesperado por aquela porta, e já está chegando a hora, tem agenda até aqui, e aí vamos parar em algum momento da madrugada, fazer uma lista e mandar. Depois alguém vai consolidar isso. Na verdade, o debate não fica muito livre. Morro de medo de o senhor dar tarefa de pensar, de escrever, de raciocinar e de produzir coisas, porque em sua proposição de debate aberto e franco, reiterado pelo seu colega, acho que podemos passar, por exemplo, dois dias sem celular o dia inteiro, e no final dos dois dias teremos produzido alguma coisa, do que reuniões relâmpago de duas horas, até por que, mais do que duas horas nenhum de nós dá conta de fazer. Não sei, acho que o formato de como trabalhar isso é muito mais importante do que irmos embora correndo por aquela porta e mandar uma lista de coisas. Fico com a consciência tranqüila porque mandarei, mas não terei colaborado efetivamente.

Se pudermos discutir durante dois dias, com o celular desligado, é uma proposta que faço, e é assim que tem dado certo no sistema empresarial. Parar a máquina e vamos só discutir. Muito obrigado.

SR. CARLOS SAMPAIO – Synesio, só uma colocação. Isso que você propõe é uma metodologia, aliás uma metodologia científica, que pode ser adotada por nós. São três dias, na verdade, dois de discussão e um de definição das discussões havidas. É uma metodologia, aliás, adotada pelo Prof. Alckmin, uma metodologia maravilhosa, aonde não se tem pauta, é um conflito de idéias a todo o momento e, ao final disso, o Prof. Alckmin diz que há um cabide onde se dependuram ali as idéias que não foram objeto de consenso. Vai-se pendurar ali idéias aos montes, mas algumas serão consensuais. E essas é que poderemos apresentar como sendo a unidade daquilo que tiramos. Mas é uma metodologia. Insisto que a minha idéia é não definir hoje a metodologia, porque no dia 13 nós assim procederemos e, a partir daí, teremos essa tranqüilidade que sei que te preocupa, e concordo com essa sua preocupação.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Vou dar um aparte com relação justamente a isso. Sua experiência, Synesio, de empresa, tentou ser trazida para cá. Hoje era para ter início, 29, 30 e 31, é exatamente isso que o Deputado está falando, um processo de três dias de celular desligado, com 100 pessoas, o comando inteiro da polícia civil, o comando inteiro da polícia militar, apenados, mães de internos da FEBEM, internos da FEBEM, justamente era para ser feito ali atrás, no estacionamento da Assembléia Legislativa. Inclusive estava licitando um toldo para ficar lá perfeitamente à vontade, só que houve uma procura tão grande que tivemos que redimensionar, isso será feito o ano que vem. Talvez essa seja uma proposta já concreta, como a Adriana colocou, que todos nós temos produzido material, e como você reafirmou, fazer índice e mandar via fax, via *e-mail*, via alguma coisa realmente nos deixa com a consciência tranqüila de termos cumprido

uma tarefa, mas não de ter contribuído tanto quanto poderíamos, pela importância que a experiência pessoal de cada um aqui representa. Essa pode ser uma proposta.

Já posso adiantar o seguinte, alguns dos senhores, se não me engano, receberam cartas de convite para esse evento do dia 29, então eu me proponho a fazer o seguinte: vou buscar aqui em cima, em nosso QG, já o projeto inteiro do Prof. Alckmin, que o Presidente Macris convocou para esse dia 29, que não foi possível ser feito, tamanho o volume da procura, para que vocês possam compreender um pouco melhor o que é essa metodologia de discussão de Segurança Pública.

Essa metodologia de discussão é para planejamento de temas extremamente complexos, e Segurança é a ponta do *iceberg*. Enquanto isso, sugiro que vocês troquem mais figurinha, porque esse já pode ser o início de um relacionamento mais fluido entre vocês, porque a franqueza tem que ser a norma da Casa. Se não houver franqueza, o debate não flui com tranquilidade, todos aqui são conhecedores disso.

SRA. MALVINA MUSKAT – Vocês estão discutindo a questão metodológica. Queria falar um pouco mais sobre a minha presença aqui. Não faço parte do Judiciário e de nenhum sistema desse tipo, como você também não faz. Venho trabalhando na intervenção intrafamiliar e urbana do fenômeno da violência. Minha preocupação é preventiva, como a sua, quer dizer, que recurso teríamos, não apenas verificar os números, acho que isso seria até importante em termos da violência intrafamiliar, porque trabalhamos com a hipótese de que a violência intrafamiliar é uma variável, digamos assim, que está na raiz da violência urbana, pelo menos uma delas, e temos como constatar isso por meio da intervenção que a gente vem fazendo na sociedade. O SEADE não tem, segundo eles, uma forma de avaliar o nível da violência intrafamiliar. Não dá para bater na porta de ninguém e perguntar se tem ali violência intrafamiliar. Aliás, soube que o Ministério da Justiça

está pensando em incluir uma pergunta sobre violência intrafamiliar no IBGE, o que acho uma bobagem, porque eles vão perder tempo, quer dizer, ninguém vai dar essa informação para o IBGE, concordam? Precisaríamos, então, compreender um pouco melhor esse fenômeno e ver, de fato, como ele interfere no social mais amplo. O que sabemos é que leis temos suficiente, até demais, e que uma tendência nossa é criar sempre leis mais duras, penalizações maiores para resolver problemas, que não são resolvidos por aí. Não sei se eu divirjo aqui do resto da população presente, mas minha preocupação é com a prevenção, e ela começa, do meu ponto de vista, dentro da família. Não sei com o que eu poderia ajudar, mas aí sei que o SEADE não tem recursos para coletar dados sobre violência intrafamiliar, sei que as delegacias especiais de mulheres fazem um péssimo registro da violência contra a mulher. Os dados são mínimos, não se sabe por que a mulher fez uma queixa, que tipo de violência ela sofreu, se ela é branca, se ela é negra, em que tipo de família ela está inserida, quantos filhos tem etc. Sabe-se que nessas famílias onde as mulheres procuram essas delegacias, vamos encontrar seus filhos na FEBEM. Não sei se isso, de algum modo, tem a ver com sua inquietação. Tem a ver com a minha, que é trabalhar na base, buscar as raízes e a forma de prever e fazer um trabalho social que está ligado, por exemplo, a equipamentos públicos, quer dizer, temos uma pesquisa sobre equipamentos nas várias áreas de São Paulo, não existem equipamentos para a juventude, não existem equipamentos de lazer para a família. Acho, então, que aí começa alguma coisa que seria muito importante ser tratada aqui.

SR. SYNESIO BATISTA DA COSTA – A senhora tem razão, senão daqui a pouco vamos construir mais e mais presídios.

SRA. MALVINA MUSKAT – Exatamente. É o que está acontecendo. Obrigada.

SR.— O planejamento empresarial pressupõe o conhecimento do que acontece na empresa nesse momento, se não me engano. Se tenho uma pessoa que foi contratada para ser torneiro mecânico e ele está sendo usado como faxineiro, tem alguma coisa errada. De repente, o número de pessoas que temos é mais do que suficiente para fazer o serviço. Então, podemos planejar com aquele número, para daqui a cinco anos. Agora, se o efetivo está sendo mal utilizado ou não, é uma coisa que temos que descobrir, porque de repente o que está aí está bom, só está sendo mal utilizado. Se você quer prevenção, podemos até prevenir, só que hoje em dia o Governador declara que a polícia do Estado de São Paulo é a melhor polícia do Brasil, porque é a polícia que mais prende. No meu ponto de vista está errado. A melhor polícia é aquela que tem a maior prevenção, que não deixa acontecer o crime. Então, de repente, sabem, é uma questão de enfoque do que está acontecendo exatamente. É uma questão de daqui a cinco anos ter-se, talvez, até o mesmo efetivo, ou menor, funcionando perfeitamente; só que para você saber se isso é possível, você tem que saber o que está acontecendo. Você tem que deslocar homens de suas posições. Para que você tem que ter duas estruturas de administração, uma para a polícia militar, uma para a polícia civil, que correm paralelamente, que ocupam uma quantidade de pessoas e de dinheiro incrível, sendo que poderia ser tudo unificado? Esse é o raio-X que temos que ter hoje para saber o que podemos fazer daqui a cinco anos para não repetirmos os mesmos erros. Hoje, temos um delegado de polícia tomando conta de preso. Por quê? Não dá para entender. Temos, na cadeia, um preso condenado em última instância, mas esse preso já foi condenado em primeira instância, recorreu da pena, só que já foi condenado, e está numa delegacia de polícia. No meu entendimento, isso é ilegal. Por que está acontecendo isso? A Legislação é boa? Talvez até seja. Então, como está sendo utilizada essa Legislação? Se não tivermos esses dados, não adianta planejarmos nada aqui. De repente, a Legislação é até boa, é atual, basta só aplicar. Agora, se você não sabe se seu torneiro mecânico está trabalhando como faxineiro, como você vai planejar? Não tem como.

SRA. ADRIANA DE MELO NUNES – Sobre o que a Dra. Malvina colocou, em trabalho de base, quando eu falo em cadeia, em ressocialização, não estou falando nas prisões que temos, mas nas prisões que esperamos, que enquanto existirem, elas devam assim ser. A prisão existe; enquanto ela existir, o que se espera? Que o processo de execução da pena seja um processo de aprendizado. É possível isso? Sim, é possível. Temos em Bragança Paulista, vou repetir, porque costumamos dizer que já ouvimos falar, e ouvir falar é uma coisa muito superficial para um projeto que nós defendemos, tentamos divulgar e fazer com que a sociedade civil organizada veja como é importante essa responsabilidade que ela tem para o gerenciamento de suas questões. Como estávamos falando, todo mundo tem muitos direitos e poucos deveres; acho que está na hora da sociedade civil reconhecer os deveres que ela tem no processo democrático. Ela tem, então, o dever de assumir as responsabilidades para gerenciar suas questões. Ela é linda em dizer que a sociedade civil tem que se organizar em conselho de comunidade e interagir na execução da pena. Vemos em algumas comarcas, onde os juízes determinam a instalação do conselho de comunidade, esse conselho se reúne, cada qual com seu representante necessário pelo que determina a lei, vão lá, levam 10 escovas de dente, um pacote de absorvente, em se tratando de cadeias femininas, acrescentam alguma coisa no marmitex, fazem uma rápida fiscalização mensal, e adeus, está feito o trabalho da comunidade. Não é assim que funciona. Em Bragança Paulista o que aconteceu foi o seguinte: tínhamos uma cadeia, sabíamos que ela era terrível, superlotada, fétida, um lugar onde era fácil a contaminação de outras moléstias, tuberculoses, aids etc., e o que queria a sociedade civil? Que tirassem a cadeia pública de lá. Por favor, tirem essa cadeia daqui, nós não queremos, desvaloriza nossas casas, nos ameaça, tem fugas, rebeliões, não queremos. O juiz das execuções locais, que já havia sido juiz da Vara da Infância e da Juventude, e que já havia feito uma organização não-governamental para recolher crianças da rua, tem essa ONG até hoje lá. A sociedade civil se organiza e fala: “Amigos, em vez de internar essas crianças, vamos deixá-las numa casa, para

que elas tenham uma casa.” E essa ONG, essa casa, se gerencia e tem lá assistente social, psicólogo, faz o papel dos membros da família. Resolveram fazer o mesmo na cadeia pública. Na Câmara dos Vereadores, o empresariado local interessado – e consciente – se reuniu e discutiu, isso que estamos fazendo agora. Os empresários reuniram-se e, por fim, decidiram que iam contribuir. Passaram lá o tal do Livro de Ouro, arrecadaram uma quantia, começaram a reforma da cadeia, primeiro ampliando as dependências; bem, a superlotação já foi superada, criaram as oficinas de trabalho, o que aconteceu? Ofereceram uma proposta de gerenciar a cadeia ao Governo. Não é uma privatização, é um gerenciamento em parceria, que é para isso que servem as ONGs, que, aliás, acho que são o futuro, num processo de democratização como o nosso.

Enfim, organizaram-se, o Estado reconheceu que o trabalho tinha seriedade absoluta, passaram a verba de gerenciamento, eles construíram uma cozinha, dispensaram a empresa que fornecia marmitex a dez reais, é por isso que as pessoas saem tão caras no sistema, dez reais um marmitex, eu não gasto isso para almoçar, aposto que os senhores também não gastam isso. Então, dispensaram a empresa e começaram a produzir o próprio alimento. As empresas reconheceram que é muito vantajoso o trabalho no cárcere; para o preso interessa, porque a cada três dias de trabalho é um dia a menos na pena; segundo, ele recebe salário, ou fixo ou por produção, e a empresa não tem vínculo empregatício, não paga Fundo de Garantia e nem INSS, e ainda usa a estrutura do local para fazer o gerenciamento de sua produção. Quer dizer, micro ou não, só estou querendo esclarecer como eu acho. Hoje, temos uma fila de 26 comunidades interessadas em implementar o projeto, em descobrir esses mecanismos e de assinar isso, Governo com Estado.

O que me angustia, o que me traz ao interesse neste Fórum é: que mecanismos poderíamos criar para que incentivasse, tornasse isso uma coisa quase que...

SR. CARLOS SAMPAIO – Pediria para que a interlocução fosse direta, não tivesse inúmeros entraves. Esse é o projeto do Dr. Nagashi, não é? É um projeto maravilhoso, sem dúvida, mas veja, de repente podemos também aferir, no calor das discussões, que a falta dessa interlocução está sendo um de nossos maiores problemas; não se ter interlocução para se fazer bons projetos e boas idéias.

SR. JOSÉ CARLOS GUILLEN BLAT – Queria colocar uma questão. Hoje trabalho no combate ao crime organizado, mas durante muito tempo fui promotor do júri. Vejam, estamos discutindo Segurança Pública no Estado, e não vejo aqui a representatividade do município. Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, moramos no município. Essa discussão, por vezes, acaba diluída, até porque, ao chegar no batalhão, ao chegar na delegacia de determinada cidade, ao chegar ao Poder Judiciário local, aquela política macro de Segurança Pública se dilui, porque as realidades dos municípios são completamente distintas, cada um tem um problema crônico, diferenciado.

Na cidade de Diadema, tivemos uma experiência interessante, quero aqui colocar, talvez até seja um ponto interessante para discussão de Segurança Pública. Não é uma questão de estatística, de dados etc., mas uma iniciativa de uma chamada Associação Pró-Diadema. Lá, criamos essa Associação, formada pelo pessoal da Fiesp/Ciesp, Febraban, Polícia Militar, os delegados de polícia da cidade, Ministério Público local, Poder Judiciário, Procuradoria do Município, Prefeitura, enfim, fizemos um conselho, formado por várias entidades distintas, e a partir dali, passamos a discutir o que era importante para Diadema. Por exemplo, as questões concretas, construção de uma delegacia de polícia etc. De repente, começaram a surgir outros projetos interessantes, trazendo a célula-base, que é a família, como colocou a nobre representante Malvina, célula-base que, estando totalmente partida, acaba degenerando o cidadão e levando à prática criminosa. Fizeram então vários concursos, a pessoa responsável pela Delegacia de Ensino abriu as escolas nos finais de semana. Por quê? Porque eu fazia os plenários no

Tribunal do Júri e o cidadão está lá na pinguela no final de semana, não tem lazer, não tem nada, a escola está fechada, há espaço interessante, onde pode-se abrir a quadra de futebol, ali o pessoal da Polícia Militar fazer um trabalho integrado, o pessoal da Secretaria da Educação Municipal etc. Então, seria necessário, talvez aí a discussão macro dessa questão da Segurança Pública que queremos, não sei se a municipalização da Segurança Pública, mas levar essa discussão às cidades do interior, porque cada cidade tem seu problema central e que não é discutido.

Então, não vai adiantar nada o comando da Polícia Militar aqui presente, o pessoal da Fiesp, a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério Público etc., porque lá em Brotas, em Ribeirão Preto, em Campinas, essa discussão não está sendo alcançada. Talvez, como início dessa questão toda, seja necessário buscar uma solução prática; tudo que seja reportado aqui, seja levado às cidades do interior, para que eles também possam, de alguma forma, contribuir, quem sabe, em pequenas células tenhamos uma solução macro. Porque não adianta dizer que vamos resolver aqui coisa alguma, vamos continuar enxugando, como sempre, Deputado, o famoso gelo. Então não adianta discutir estatística.

Uma outra experiência que tivemos na cidade de Miracatu, não chegou a ser implantada, mas era necessária, por exemplo, que os presos trabalhassem para asfaltar ruas etc., enfim, existe uma série de questões. O que vislumbro, inicialmente, é que ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, todos nós moramos no município. Nós, basicamente, no Município de São Paulo, que tem um problema crônico de Segurança Pública, mas o problema da violência, o problema da segurança é do Estado todo e talvez fosse necessário uma questão mais interessante nesse sentido.

SR. CARLOS SAMPAIO – Antes de passar a palavra ao Dr. Pedro Dallari, gostaria de dar um esclarecimento: o que foi passado aos senhores foi justamente qual era a metodologia que iríamos adotar para fazer o tema, o Grupo Temático Segurança Pública. Seria muito interessante uma leitura, inclusive segue anexo aí

os representantes que gostariam de fazer parte desse núcleo, dessa metodologia de debate. Pela oportunidade da fala do Dr. Blat, fico muito à vontade para falar sobre esse assunto, porque sou um defensor contumaz da municipalização dos assuntos de segurança pública, o que nada tem a ver com municipalização das polícias. Sou defensor desse tema a um ponto tal que, como vereador em Campinas, sugeri a criação de uma secretaria municipal de cooperação nos assuntos de segurança pública, justamente com esse intuito, de aproximar o município desses assuntos atinentes à Segurança Pública. Quando muito, acho que a coisa mais comum é o prefeito falar: “Vai me desculpar, deputado, tenho muito problema aqui, Segurança Pública é um dever do Estado”, porque a Constituição diz que é um dever do Estado, mas ela também diz que é responsabilidade de todos, e aí entra o prefeito, entra qualquer cidadão. Foi uma experiência muito interessante, acho que podemos avançar por essa linha até da municipalização também. Como Secretário, fui autor da proposta e acabei sendo escolhido para ser o primeiro secretário da pasta, não sei se para ser homenageado ou para ser testado, mas fui colocado como o secretário da pasta que criei. Foi muito interessante, era uma pasta que foi criada sem nenhuma dotação orçamentária, porque foi criada e implantada no mesmo ano, então não se tinha previsão orçamentária.

Éramos eu e quatro diretores, e a minha maior preocupação foi justamente não dar um tom político a essas diretorias. O que aconteceu foi que a Polícia Militar indicou um membro para ser diretor, a Polícia Civil indicou um outro, a OAB indicou um outro e o Conselho Comunitário que congrega os empresários de Campinas que ajudam na área de Segurança Pública indicou um quarto membro. Nenhum deles tinha qualquer vínculo político comigo, mas foi uma Secretaria que durou sete meses, no final da gestão do Prefeito do PSDB, o Magalhães Teixeira e o Edivaldo Orsi, mas foi de uma excelência de trabalho, porque, pela primeira vez, todos se sentaram à mesa.

Parece que descobriram que estávamos todos no mesmo time e os marginais estavam do lado de lá. Então, dados que antes eram da PM, dados que antes eram

da Polícia Civil, que cada um guardava a sete chaves, todos forneceram, porque todos sentiram-se co-autores de uma proposta. Esses dados foram cruzados e, por meio do geoprocessamento, pudemos identificar os pontos críticos da comunidade de Campinas; não o que a PM achava, não o que a Civil achava, não o que a OAB achava, mas o que todos achavam. Isso direcionou o trabalho no Município de Campinas. É uma experiência que acho muito interessante, não queria perder a oportunidade de contar, porque realmente temos que vivenciar essa questão da municipalização dos assuntos da Segurança Pública, e não das polícias. Tem a palavra o Dr. Pedro Dallari.

SR. PEDRO DE ABREU DALLARI – Prezado Presidente, prezados colegas, não por outra razão essa é uma iniciativa que se dá dentro do parlamento. Acho que talvez fosse o caso, para resolver esse imbróglio metodológico, resgatarmos um pouco os procedimentos, a liturgia, a praxes do parlamento.

O parlamento não é um espaço onde, por si só, produzem-se políticas públicas, é um espaço de convergências, um espaço para onde as entidades e a representação da sociedade dirigem-se, seja por meio de seus representantes, seja por intermédio das audiências públicas que nele se realizam com muita frequência, pelas comissões temáticas, pelas comissões de inquérito. No parlamento dá-se a formulação de idéias, de propostas. Pelo que imagino da composição desse grupo, as pessoas que estão aqui foram chamadas em função, não formalmente, mas do ponto de vista concreto. Seria expressão, não representação, de entidades, instituições que vêm se dedicando ao longo dos anos ao tema que é objeto desse grupo de trabalho.

Parece-me, então, que a razão de vínculo dessa natureza é conseguir agregar, trazer para cá o que cada instituição e cada grupo acumulou. Portanto, acho que a dinâmica não deve ser de ponto zero; não estamos começando aqui, basta ver que, embora a discussão fosse metodológica, cada um que interveio até agora já fez questão, corretamente, de colocar um pouco a agregação daquilo que é

sua experiência pessoal, sua experiência de categoria profissional, ou de corporação ou de instituição, porque, é claro, somos fruto do meio no qual atuamos. Parece-me, então, Presidente, que deveríamos ter isso em consideração. Ter em consideração outro aspecto, formal, que é a produção do documento, no qual V.Exa., de quem tive a honra de ser colega nesta Casa, e nosso outro colega Deputado, vão ter um papel fundamental de coordenar e de relatar isso. Acho que não deveríamos perder de vista essa perspectiva bastante concreta de termos que chegar em texto, que vai, de certa maneira, expressar o que é a contribuição deste grupo.

Tem uma terceira preliminar, que para mim não está clara, que é uma certa confusão entre o que é o papel deste grupo e o que é o papel desta dinâmica colocada para esses três dias. Coloco isso porque na dinâmica proposta para os três dias estava ao lado, por exemplo, o Dr. Rubens Aprobato Machado, que não pode vir, até porque conseguir que, nesta época do ano, no final do milênio, as pessoas que estão listadas aqui parem três dias, é uma façanha realmente inacreditável, inusitada.

Só se a Polícia Militar tiver orientação para mandar o militar agarrar as pessoas e colocá-las enclausuradas. Tem apresentadores de telejornal, vai ficar sem apresentar o jornal três dias? Isso é irreal. Agora, meu receio é que há uma confusão entre este grupo e esta dinâmica aqui, que não são as mesmas pessoas. De certa maneira se destinam a mesma finalidade.

SR. CARLOS SAMPAIO – Pedro, se me permite, só um esclarecimento. Restabelecemos a metodologia anterior, que seriam grupos temáticos menores, com experiências vivenciadas por cada um dos institutos, e não adotamos esta metodologia e nem essa dinâmica. Eu apenas passei a todos para que tomassem ciência de que a idéia colocada no primeiro momento pelo Synesio tinha sido analisada pela Assembléia e consubstanciada nesse documento.

SR. PEDRO DE ABREU DALLARI – Então está esclarecido. Porque o Presidente Aprobato havia solicitado que eu representasse a Ordem nesses três dias.

SR. CARLOS SAMPAIO – Este é o grupo que estará adotando uma dinâmica.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Só um esclarecimento em cima disso. Pode ser um produto da discussão desse grupo temático uma produção de uma nova dinâmica. Um dos motivos que os deputados acharam conveniente que essa dinâmica fosse deixada para um segundo momento, era respeitar a opinião desse grupo. Se essa dinâmica for fruto, por exemplo, de uma definição desse grupo temático, assim pode ser adotado.

SR. PEDRO DE ABREU DALLARI – Quero colocar uma proposta de encaminhamento dos trabalhos, confesso e peço desculpas por ser uma proposta conservadora, mas acho que, no frígido dos ovos, aqui, talvez seja o mais prático. Parece-me que se o objetivo é produzir um documento, o esforço das instituições e das entidades que estão aqui presentes deveria ser voltado para contribuir para o resultado final que está sendo proposto. Pelo que pude depreender, existem três ordens de tema que acho relevantes, a meu ver, não são contraditórios, que tem que estar nesse documento final. Um é próprio de um fórum que está pensando São Paulo no próximo século, como o Dr. Synesio falou, é o modelo, quer dizer, definição de qual é o cenário que estamos imaginando para a área de Segurança Pública.

O que vai ser a Segurança Pública no próximo século, no próximo milênio? É uma ordem de preocupação, é um primeiro ensaio, o primeiro tipo de contribuição que as entidades que estão aqui têm que dar, para que possamos então apresentar

à sociedade, em abril, como o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Macris pretendem, um resultado.

Um segundo tipo de informação é o diagnóstico. Tendo em vista que temos uma perspectiva para o futuro, qual é a situação atual e quais são as causas dessa situação atual. Certamente, cada entidade, cada instituição aqui já tem visões sobre isso, quer dizer, não é algo que vai começar do zero. Cada Ordem dos Advogados tem quilos de documentos produzidos sobre isso, cada entidade, cada instituição tem sua contribuição.

A terceira ordem de temática acho que é o que talvez a sociedade mais queira: tendo em vista um modelo ideal, um ponto de chegada, e tendo em vista a situação atual e seu diagnóstico, quais são as políticas públicas que entendemos devam ser adotadas para se chegar, a partir dessa situação atual, aonde queremos. É óbvio, mas o óbvio, vejam, parece o ponto de partida ideal para isso. Então, minha sugestão, e aí, em vez dos coordenadores darem tarefa para nós, eu proporia o contrário. Como haverá uma relatoria e uma coordenação, se pudéssemos partir do documento, da estrutura do que é que tem que ser produzido no final desse processo, à luz inclusive do modelo de documento que deve estar na cabeça do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Macris, se no dia 13, que é a próxima e última reunião este ano, nos dedicássemos, então, a precisar com muita segurança, a partir de uma proposta que, acho, deveria vir dos parlamentares sobre o que é o objeto claro deste grupo de trabalho, teríamos, até fevereiro, tempo para que cada instituição ou cada entidade aqui representada, com base nessa demanda colocada, pudesse estar, internamente, produzindo, de tal sorte que possamos ter, nos meses de fevereiro e março, uma dinâmica de debates com expositores. Poderia ser organizado ou por instituição ou por entidade: um dia vai lá o Secretário, outro dia as ONG's, outro dia vai a Fiesp, outro a OAB; ou por tema: um dia vamos discutir a questão do modelo, noutro, a questão do diagnóstico, a questão das políticas públicas etc., mas que em fevereiro e março fosse ocupado o tempo para expressar aquilo que cada entidade ou cada instituição produziu em sua retaguarda.

Não creio que será algo difícil, porque, insisto, cada entidade, cada instituição, cada pessoa aqui tem formulado coisas sobre isso. Inclusive, já li documentos, idéias, ou seja, não vamos partir do zero, vamos partir do que tem acumulado, para que, no mês de abril, possamos fazer uma espécie de encerramento, de consolidação.

Acho que é uma metodologia mais conservadora, mas pelo que conheço do funcionamento do parlamento, pelo que conheço da dinâmica dessas pessoas que estão aqui reunidas, diferentemente do que ocorre na empresa privada, em que todos têm sua remuneração dada pelo chefe da empresa e há um comando que obriga e que gera a possibilidade de um processo intenso, não vejo essa dinâmica possível nesse meio.

É uma metodologia, aparentemente, mais conservadora, mas acho que ela pode ser mais eficaz no sentido de fazer com que esse grupo de trabalho reproduza ou sistematize aquilo que já se vem produzindo. Concluo dizendo que minha experiência de alguns anos do parlamento, do Poder Executivo, mostra que isto é mais eficaz, ou seja, sou um pouco cético com relação a metodologias de políticas públicas que não sejam resultantes de um processo natural de acumulação de sedimentação, sou muito crítico em relação a metodologias que especulem com a possibilidade de tirar coelho da cartola. Acho que isso não existe. Temos é que fazer um processo de sedimentação do que se acumulou. Existem propostas muito boas, existem fóruns que estão se reunindo sobre esse assunto. O que teríamos que fazer, inclusive, Deputado Carlos Sampaio, é verificar se a lista que está sendo proposta para o grupo está completa, porque existem outras entidades e instituições que não estou vendo aqui, que talvez tenham faltado, e podem dar enorme contribuição.

Era essa, então, a proposta que eu faria. Resumindo, que no dia 13 recebêssemos previamente uma proposta de estrutura de documento final, pudéssemos, então, estar debatendo para fechar esse roteiro de preocupações, que cada entidade ou instituição teria a incumbência de levar para seu local de origem, para formular algo que pudesse então, em fevereiro, estar fazendo com que cada

uma de nossas entidades ou instituições pudessem estar à Mesa, fazendo uma apresentação, para que pudséssemos intensamente recolher esses subsídios. Acho que é mais cauteloso esse tipo de encaminhamento.

SR. DERMÍ AZEVEDO – Deputado, pretendo retomar o que o Pedro Dallari está colocando, corroborando com o que ele acabou de dizer e enfatizando mais alguns pontos. Em primeiro lugar, nosso entendimento é o que temos que reafirmar; nosso ponto de partida são os valores nos quais acreditamos. Temos, então, que reafirmar os alicerces de todo o nosso trabalho, quais sejam, o estado de direito democrático, a democracia com os seus procedimentos participativos, ou participatórios, e a questão da co-responsabilidade, da parceria Estado e sociedade civil, e vice-versa, que está presente em todas as intervenções que foram feitas. Nesse sentido, é importante enfatizar os papéis que cada um deve desempenhar, já constitucionalmente, já pelos regulamentos democráticos, e que tendem, num futuro próximo, a ser mantidos e aperfeiçoados, mas essencialmente nada se prevê que deva mudar, por exemplo, no papel essencial do Poder Judiciário, ou do Ministério Público, ou do Parlamento ou do Poder Executivo. Dito isso, entendemos que essa metodologia deve incluir, também, além da reafirmação dos valores, alguns passos que são óbvios, como é o passo do diagnóstico feito de forma participativa, a definição de uma estratégia de ação, de prioridades e de metas a curto, médio e longo prazos.

Em cima disso, algumas questões aparecem no nosso ponto de vista como muito importantes. Em primeiro lugar, que na discussão sobre Segurança Pública seja evitada qualquer forma de corporativismo, ou seja, dos próprios profissionais, de suas corporações que atuam nessa matéria, ou também um outro tipo, que é nascente, é crescente, o corporativismo dos intelectuais. Todos somos, mas aqui refiro-me aos profissionais das ciências sociais e políticas etc., que, aprofundando-se em boa hora no conhecimento da questão da Segurança Pública, muitas vezes

esquecem que essa questão não pode ser enfrentada sem a participação de seus atores do dia-a-dia, que são os próprios profissionais das polícias.

Há uma tentação até no planejamento das ações públicas, de planejar a Segurança Pública esquecendo os policiais, o que não deixa de ser bastante surrealista, mas é real. E em cima disso discutir, por exemplo, o que já foi colocado – aí ênfase o que o próprio Deputado colocou e depois o Dallari reforçou –, a questão da municipalização de todas essas ações.

Aproveito a oportunidade para convidar os nobres colegas, companheiros e companheiras, para a 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, que será realizada aqui nesta Casa nos dias 9 e 10 de dezembro próximos, numa promoção conjunta da Assembléia Legislativa, do Poder Executivo e do Ministério Público Estadual, na qual o eixo de trabalho será exatamente a municipalização do Programa Estadual de Direitos Humanos, na qual estaremos discutindo, como temas específicos, os direitos econômicos e sociais e a questão da violência urbana.

Desejamos, realmente, que cada uma e cada um dos que estão aqui possam estar participando dos grupos de trabalho dessa conferência. Além da questão dos direitos humanos, enfatizar, já como uma idéia proativa, a importância da polícia comunitária, que tomemos desse nosso grupo a discussão e o reforço da polícia comunitária e, ao mesmo tempo, o reforço da metodologia da qualidade. Nós, na Secretaria da Justiça, estamos fazendo parcerias, por exemplo, com a Polícia Militar, exatamente nessas três áreas: direitos humanos, polícia comunitária e gestão pela qualidade.

Fazemos a mesma sugestão, que isso seja retomado. Entendo que não deva ser colocada nenhuma metodologia que deixe de levar em conta essa questão dos valores, da sociedade democrática, e que não deixe de levar em conta esses espaços, ou seja, a estratégia, a definição de prioridades e o estabelecimento de metas, bastante concretos, porque assim realmente iremos avançar.

SR. VALDIR SUZANO – Gostaria de complementar o que o Dermi expôs. Estamos aqui e vamos trabalhar juntos para que possamos estabelecer mecanismos para que a Segurança Pública seja melhor, seja mais efetiva. Queria apenas informar ao grupo que realizamos, nos dias 3, 4 e 5 de novembro, com o apoio das entidades de classe da Polícia Militar, três eventos internacionais, onde tivemos a participação de 24 países, a maioria da América Latina, do Canadá, Estados Unidos, e os países de língua latina da Europa, e ainda o representante da polícia nacional do Japão. Convidamos também a Turquia, que está desenvolvendo um trabalho no âmbito da Segurança Pública.

O evento teve, nesses três dias, nove mil participantes. Não houve uma divulgação maior, mesmo por que houve o problema daquele jovem que andou matando dentro do cinema, aquela coisa toda. Estou fazendo essa colocação pelo seguinte, eu proporia ao senhor que, partilhando do que disse o Synesio, que deveríamos realmente fazer algum trabalho estratégico; a filosofia do policiamento comunitário, no mundo todo, hoje, está-se consolidando e sedimentando. É um dos passos para que, no futuro, possamos melhorar a qualidade e segurança em parceria com a sociedade.

Tivemos a iniciativa, na Polícia Militar, de trabalhar isso há dois anos, e o Governo do Estado já está estabelecendo como meta de trabalho para os próximos três anos, realmente como uma saída para a Segurança Pública. Aproveitando o que o companheiro da polícia civil disse a respeito dos meios materiais humanos, vamos dizer assim, do que podemos fazer para melhorar, integrando o trabalho das duas organizações policiais, sem necessariamente, num primeiro momento, falar-se em unificação, em municipalização.

Obviamente, como falou o Dr. Blat, que a participação municipal é preponderante, porque vivemos no município, temos algumas coisas para trazer ao grupo e, quem sabe, a partir desse trabalho que possamos fazer no dia 13, até para expor ao grupo, o que se faz em termos de polícia comunitária, porque a sociedade em geral desconhece a filosofia.

SR. CARLOS SAMPAIO – Coronel, só uma pergunta, com relação a esse encontro promovido nos dias 3, 4 e 5, subsídios foram fornecidos na questão da polícia comunitária?

SR. VALDIR SUZANO – Estamos preparando os anais, que, esperamos, fiquem prontos lá pelo dia 10, porque estamos fazendo tradução em espanhol também, mas se estiverem prontos, poderemos trazer no dia 13. De qualquer forma, queria propor, para que não fiquemos discutindo detalhes, que cada setor aqui pudesse expor sua idéia daquilo que fosse estratégico para a Segurança Pública, dentro daquilo que existe e que a Constituição determina.

Fala-se em municipalizar a Segurança, mas a Constituição não fala em municipalização de Segurança, a Constituição não fala em ter uma polícia só. Precisamos, então, integrar os esforços. Acredito nesse trabalho que a Polícia Militar está desenvolvendo há dois anos, com a participação das entidades representativas, a Ordem dos Advogados, o próprio Ministério Público, as organizações não governamentais, o Conselho do Idoso, enfim, todos aqueles que têm características estaduais, nacionais e internacionais têm participado conosco, porém a imprensa não se preocupa em divulgar as coisas boas, apenas as negativas e cobrar das polícias.

Concordo com o que o Dermi disse, a respeito do policial nosso participar, ou apresentar uma proposta, e essa proposta, obviamente, tem que ser discutida com os outros membros da comunidade – não gosto de falar sociedade civil, porque eu também pertenço à sociedade civil, sou militar por contingência profissional, mas sou um cidadão como qualquer outro. Como o senhor bem disse, partimos do princípio de trabalho do policiamento comunitário, artigo 144 da Constituição, que é dever do Estado promover segurança pública, direito e responsabilidade de todos.

Se o senhor permitir, no próximo dia 13, traríamos o material aqui, faríamos uma exposição para ser debatida e discutida, e verificar se o que estamos fazendo é o caminho correto, porque procuramos a integração de todos os segmentos da

sociedade para melhorar a qualidade da segurança, e a segurança só se faz com prevenção; a investigação é suplemento.

Minha sugestão, então, seria que, na próxima reunião, dia 13, faríamos uma explanação a respeito do que se faz sobre filosofia de policiamento comunitário, que é a saída para a diminuição da violência. Para o senhor ter uma idéia, o Japão trabalha com isso há 160 anos, está em constante aperfeiçoamento e dá resultado. Aí pode-se dizer que lá é outra realidade, mas acontece que vamos adaptar à nossa realidade social. É essa a proposta que queria fazer ao senhor.

SR. CARLOS SAMPAIO – Essa explanação, Coronel, apenas para sabermos, ela se faria em quanto tempo?

SR. VALDIR SUZANO – Depende dos debates. Poderia fazer apresentação de uma hora no mínimo, para que pudesse expor tudo o que foi realizado, como ela funciona, como ela pode dar resultado. Já temos resultados marcantes e concretos em mãos.

SR. CARLOS SAMPAIO – Já que a proposta foi feita pelo Coronel agora, colocaria em discussão com os demais membros essa proposta; a reunião começaria às 9:00 horas, seria feita pela sugestão dele, que estou colocando à aprovação dos senhores.

SR. VALDIR SUZANO – Só para complementar, inclusive a filosofia de policiamento comunitário, que não se trata de modalidade de policiamento, ela privilegia o bairro onde o cidadão reside. Aí está aquele aspecto de se trabalhar em termos de municipalizar a segurança.

SR. CARLOS SAMPAIO – Justamente. Se o senhor me permitir, ia fazer uma análise em cima da colocação feita pelo senhor, que quando se diz municipalizar os assuntos da Segurança Pública, não implica mudança da ordem constitucional. Criamos mecanismos para co-responsabilizar o município. Então existem mecanismos como convênios, que podem permitir que o Estado direcione parte de suas verbas para que o município atue, a questão dos Consegs, que é a participação específica dos bairros naquilo que lhe afeta mais diretamente; essa questão que o senhor acabou de colocar da polícia comunitária, que é a polícia que vivencia o problema daquela comunidade. São todos mecanismos diversos que não implicam afronta nem mudança da ordem constitucional.

SR. VALDIR SUZANO – O Consegs está incluído? Então, se temos dados, temos material suficiente para pôr em discussão e fornecemos aqui aquilo que for necessário. Acredito que seria um ponto de partida.

SR. CARLOS SAMPAIO – Perfeito. Mesmo porque, acho que a polícia comunitária, pelo menos parece-me, como teoricamente prevista, não teríamos ninguém no grupo contrário a ela. Estou colocando isso, não é uma premissa necessariamente verdadeira, mas penso que não haveria nenhum problema.

Colocaria em discussão que, nessa primeira hora, fizéssemos a exposição por parte do Coronel Suzano e, a partir daí, iniciássemos os debates até às 11:00 horas, e das 11:00 horas faríamos, até o meio-dia, não definiríamos um tempo exato, a definição do que foi colocado pelo Dr. Pedro Dallari, que me parece, em que pese ser, como ele mesmo disse, uma proposta conservadora, a mais realista, quer dizer, que temos condições de fazer, definir o método, a abrangência de nossa atuação. Cada um leva esse material para casa, partindo de uma base que será ofertada por nós mesmos. Pedi ao Manoel que pegasse o *e-mail* de cada um dos senhores, porque vou tentar, entre amanhã e quarta-feira, passar para todos, para que todos não venham a saber apenas no dia 13, quais são os tópicos que

entendemos sejam fundamentais a serem discutidos, para que daí a coisa já evolua no dia 13, e não que se tome conhecimento no primeiro momento.

Em discussão, então, a proposta do Coronel fazer a exposição no dia 13, das 9:00 horas às 10:00 horas e, em seguida, um debate das 10:00 às 11:00 horas. Por gentileza, tem a palavra.

SRA. JACQUELIN SPOSATI – Não sei, queria colocar em discussão, não é uma questão fechada, mas tenho a impressão que todos os conselheiros aqui presentes, de alguma forma ou de outra conhecem bem a idéia da polícia comunitária, muitos até participaram da elaboração dos princípios dessa polícia comunitária. Não sei se não teríamos uma série de políticas públicas que já estão em implementação atualmente no Estado de São Paulo, que também merecessem atenção, não só a polícia comunitária, mas temos os CICs, as penitenciárias, enfim, uma série de propostas que estão todas baseadas na mesma filosofia e que nunca se enxergaram uma a outra. Acho, então, que mais importante do que discutir cada programa que está sendo implantado em si, seria importante discutir a filosofia que está norteando esses programas. Por exemplo, a idéia da polícia comunitária baseada na organização por bairros e a idéia dos centros de integração da cidadania é a mesma, mas acontece que não se enxergam.

A polícia comunitária e o CIC por vezes ocupam o mesmo prédio, as pessoas ali conversam, vão juntas tomar café, são amigas, mas as políticas institucionais não se enxergam. Acho que mais importante do que discutir cada programa em si, seria discutir uma estratégia de política, uma política pública, que é mais importante do que discutir um projeto que está sendo implementado específico.

SR. CARLOS SAMPAIO – Continua em discussão a matéria.

SR. VALDIR SUZANO – Pela oportunidade, queira ou não, o policial representa o poder do Estado nas ruas. Ele tem que saber o que ocorre em sua

área. Não se trata de um projeto exclusivo que a Polícia Militar quer para si, muito pelo contrário, ela quer justamente aquilo que você colocou, integrar todos os organismos que trabalham para a segurança do cidadão, e segurança não significa exclusivamente violência, então o objetivo de se apresentar aqui o que estamos fazendo é justamente realizar um esforço para congregar todos esses segmentos apontados por nossa companheira em termos de Segurança Pública.

Não se trata de apresentar um projeto exclusivo da Polícia Militar, mas isso vai incluir todos os outros segmentos, inclusive as outras ramificações do Estado, como Ministério Público, magistratura e assim por diante.

SR. CARLOS SAMPAIO – Coronel, apenas para também contribuir com a discussão, acho que a ponderação feita pela Jacquelin é oportuna, uma vez que são muitos os programas e, realmente, se cada um deles viesse aqui fazer uma exposição, talvez ficássemos apenas na análise do programa que se quer implementar, mas não conseguiríamos ter essa unidade que estamos pleiteando.

Quando ela colocou a questão desse programa CIC, na verdade, é o que enfrentamos muitas vezes, até eu como Promotor de Justiça enfrentava isso, uma discussão interna onde o promotor não enxergava o juiz e nem o policial como alguém que estivesse no time dele, quer dizer, falamos a mesma linguagem, queremos as mesmas coisas, estamos do mesmo lado, mas não nos vemos. É bem essa a colocação. Talvez se partíssemos para a discussão mais filosófica do embasamento da proposta em si, e não da exposição do programa, talvez fosse mais oportuno, porque hoje não está presente também o representante dos delegados de polícia. Eu até pedi que fosse convidado o Dr. Paulo Siqueto, dos Conseqs. Está presente, aqui, o representante dos investigadores de polícia. Tenho receio de que cada qual tenha um programa a ser apresentado e talvez acabemos por exaurir nossa discussão na apresentação de programas. Venho apenas colocar mais esse ingrediente na discussão. A palavra continua aberta.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Talvez fosse uma sugestão prática que cada uma das pessoas, se tiver algum programa que ache pertinente que os outros conheçam, indiquem à coordenação, que está fazendo isso. Na organização do Fórum, temos uma logística de informação Pela Internet – todos aqui têm acesso a computador, se vocês já tiverem *e-mail*, por favor, nos comuniquem – existe uma página na Assembléia Legislativa, chamada al.sp.gov.br, que é a página de acesso da Assembléia Legislativa; nessa página tem um *link* para o Fórum do Século 21.

Estamos organizando, para depois do dia 10, que já vai estar pronto pela informática da Casa, páginas específicas de cada grupo temático, com o *e-mail* de vocês. A sugestão que fazemos é que todos esses programas sejam disponibilizados na rede. Vamos ter um sistema onde cada informação que seja pertinente, por exemplo, Saúde *versus* Segurança Pública, se na coordenação entendermos que deva ser compartilhada, pelo *e-mail* da Segurança Pública vocês vão receber essa informação.

A idéia então é que vocês façam essa comunicação, porque como disse o Deputado, o tempo é muito curto. Se acharem que essa comunicação tem que ser feita via física, por impresso, por exemplo, o projeto da polícia comunitária no mínimo dá um livro e um vídeo. Se for possível passar esse material, o que já tenha sido feito, para os outros componentes do grupo para adiantar o assunto, porque, como a Jacquelin falou, nós entendemos da filosofia, para termos um interesse pessoal no acompanhamento.

Quanto mais tivermos praticidade, mais objetivo será o grupo e mais interessante ele fica para todos nós. Se vocês aceitarem que se faça desse modo, talvez fique uma maneira mais fluida de conversa.

SR. – Minha grande preocupação quanto a este Fórum seria justamente o que me parece estar acontecendo aqui, uma “briga”, entre aspas, uma briga não aparente, onde cada um vai tentar garantir o seu. Acho que temos de estar aqui não como representantes de uma classe existente, ou como aqueles que estão

trabalhando exclusivamente em prol de alguma coisa. Temos que estar aqui como cidadãos, interessados em resolver um determinado problema existente. Se vai ser desta, daquela ou daquela outra forma, não sei, cabe a nós discutir, a nós descobrirmos.

Agora, a Polícia Militar está desenvolvendo um ótimo trabalho, um trabalho fantástico, tentando chamar a si a responsabilidade de certas coisas. A OAB, por meio da subcomissão de Segurança Pública, da Comissão de Direitos Humanos, da qual participo, tem feito um trabalho fantástico; todo mundo faz trabalhos fantásticos, mas cada um tenta chamar a si essa responsabilidade.

Acho que este Fórum existe justamente para que todas essas chamadas de responsabilidade passem sob uma coordenação única. Coronel, quando o senhor diz, por exemplo, que a polícia preventiva é isso ou aquilo, e a polícia repressiva é isso ou aquilo, concordo com o senhor plenamente, agora, não é isso que temos que discutir. O que está acontecendo é uma coisa desagradável, desumana, temos que sanar isso de uma forma ou de outra. Quem vai coordenar? A Polícia Militar vai coordenar? A OAB vai coordenar? A Polícia Civil vai coordenar? O Ministério Público vai coordenar? Não sei. O que não pode acontecer é cada um puxar a sardinha para sua brasa, porque, Coronel, vamos ter que nos cortar na carne, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, se quisermos resolver o problema.

Então, se os delegados não estão aqui, sei lá, acho que eu sou cidadão, tenho uma visão da coisa, o senhor como cidadão tem outra visão da coisa, estamos aqui para colocar essas visões e, em conjunto, tentar resolver o problema. Acho que, a partir desse momento, poderíamos tentar, pelo menos, esquecer os corporativismos, os tais dos espíritos de corpo etc. e começar a pensar no cidadão.

SR. CARLOS SAMPAIO – Acho que a sua preocupação é oportuna. Eu só não veria assim como sendo o grande problema este conflito de idéias, porque é exatamente aí que está o cerne da questão. Esse conflito é fundamental para que busquemos aquilo que há de unidade em todas essas idéias. A sociedade é

heterogênea e, portanto, as idéias vão ser heterogêneas. O que é importante é que este é um Fórum para darmos um rumo para todas essas idéias que venham a conflitar. Vejo de uma forma muito positiva e não de uma forma negativa esse conflito. Mesmo quando alguém puxar a sardinha para seu lado, vamos tentar mostrar que a sardinha tem que ser dividida para todos. Acho que essa é a função da coordenadoria.

SRA. MALVINA MUSKAT – Queria só colaborar com essa discussão, no bom sentido, porque como mediadora eu acho que os conflitos fazem parte da vida. E haja conflitos para resolvermos, isso é muito bom porque cria crises e encontramos soluções. Importante, para nós, é termos muito claramente definido nosso objetivo. Uma vez estabelecido nosso objeto, que é o combate, a questão da violência, todos os conflitos deverão convergir, quer dizer, em tendo um objetivo comum, estaremos trabalhando comumente. Não ficam visões diferentes, ficam colaborações diferentes na busca da resolução do mesmo objeto. Penso que tanto a Polícia Militar, a Polícia Civil, a OAB, enfim, qualquer organização aqui pode convergir no sentido de buscar os melhores resultados para esse objetivo nosso.

SR. DERMI AZEVEDO – Gostaria de fazer duas sugestões práticas, além das que já foram feitas. A primeira é que nossa Comissão, por meio de nosso Presidente, nobre Deputado, possa reunir-se, e a gente possa colaborar também, com todos os projetos conhecidos relativos à Segurança Pública no Brasil, e no Estado de São Paulo em particular, que possam ser disponibilizados, ou seja, há muitos projetos elaborados por associações de classe, institutos de pesquisa, autoridades, para que possamos ter uma idéia do que esses projetos propõem para o presente e para o futuro próximo no nosso Estado, como o Lanude, o Neve, as associações diversas, a Fundação SEADE, o Ministério Público, a OAB, as associações de categorias de classe etc. Essa é a primeira sugestão, que possamos reunir isso tudo.

A segunda sugestão é que levemos em conta, como referenciais programáticos, dois que nos parecem da maior importância, por sua abrangência e pelo caráter de consenso que eles encontraram, inclusive nesta própria Casa, uma Casa do povo paulista. O primeiro é o Programa Estadual de Direitos Humanos. São Paulo é o primeiro Estado do Brasil a ter seu programa, desde 1997, com 303 ações discutidas amplamente pela sociedade, inclusive na área de Segurança Pública. Como é um programa muito ambicioso, no bom sentido, pouco a pouco ele começa a ser implementado. Como aquilo é a voz da sociedade, é uma referência fundamental. Dentro desse programa estão incluídas várias ações como as que foram citadas, entre as quais a própria polícia comunitária.

O segundo, que nos parece fundamental, é o Sistema Estadual de Defesa do Usuário do Serviço Público. Esse sistema está resultando na criação de ouvidorias e de comissões de ética em todos os órgãos públicos do Estado de São Paulo e prevê uma ampla participação comunitária na própria co-gestão do serviço público.

Acredito que, tendo em mãos esses projetos relativos à Segurança Pública, para que possamos, inclusive, filtrá-los na linha dos valores do estado democrático de direito, e tendo em mãos esses dois grandes programas que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado com a participação da sociedade, vamos ter elementos ainda melhores para o afunilamento de nosso trabalho.

SR. CARLOS SAMPAIO – Com relação a essa sugestão sua, Dr. Dermi, eu até me permitiria fazer mais uma sugestão: que cada qual trouxesse de sua entidade, de seu segmento, os programas que estão sendo implementados ou que já foram, para que pudéssemos compilar todos e distribuí-los, para que todos nós estivéssemos municiados desses programas. Eu, no que cabe à Assembléia Legislativa, me incumbo dessa missão e pediria que cada um dos senhores, se pudessem, no dia 13, trouxessem para essa reunião, para que pudéssemos aqui mesmo copiar tantas vezes quantas fossem necessárias, para que o grupo todo

tivesse esse embasamento teórico, que acho fundamental para os estudos que vamos desenvolver até o mês de fevereiro, quando reiniciaremos os trabalhos.

A palavra continua aberta. Se não existir mais nenhum interessado em discutir, eu encerrarei a presente sessão. Em não havendo mais ninguém interessado em levar adiante a discussão, convoco todos para a reunião de segunda-feira, dia 13, às 9:00 horas. Antes disso, até quarta-feira, volto a dizer, cada um receberá por *e-mail*, a pauta mínima estabelecida, conforme sugestão do Dr. Pedro Dallari, que é a pauta estabelecida por nosso núcleo Segurança Pública. Na segunda-feira, definiremos a metodologia, o planejamento e os objetivos que pretendemos para nossas reuniões. Teremos até fevereiro para maturar e iniciarmos novamente os trabalhos.

Muito obrigado a todos. Agradeço em nome da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, do Deputado Vanderlei Macris e em nome desta Coordenadoria. Muito obrigado.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim